

MEDICALIZAÇÃO DA SAÚDE MENTAL: UMA LEITURA A PARTIR DOS PRESSUPOSTOS DA PSICOLOGIA

SILVA, DAURIANE¹
CERUTTI, LETICIA¹
BUENO, ROSE ANGELA²

RESUMO

Este artigo tem como proposta abordar sobre a medicalização em estudantes do ensino superior e futuros profissionais do mercado de trabalho, a fim de propor o reconhecimento de uma prática menos agressiva à saúde física e psíquica, através de análises bibliográficas que foram desenvolvidas ao longo do texto e indicam a necessidade de compreensão da medicalização. Propõe-se também uma reflexão acerca dos problemas relacionados à prática excessiva da automedicação que ocorre pela exigência de um trabalho intelectual crítico. Tendo em vista que os estudantes em busca de crescimento e realização pessoal em relação ao futuro profissional, muitas vezes acabam por comprometer sua saúde dedicando-se aos estudos de maneira intensa, sem se atentar as questões de suas limitações física e psicológica, o que os leva a procurar alternativas mais variadas possíveis, como por exemplo, o uso de medicamentos para manterem-se ativos e focados em seu objetivo. Tal observação se aplica também aos profissionais que já se encontram no mercado de trabalho considerando as exigências do mesmo. Foram analisados 29 artigos e livros, em que 4 foram descartados devido a não corresponderem ao tema de análise na produção deste, e 25 foram utilizados como bibliografias de base para a produção do artigo. Dentre os analisados, a maioria discorre acerca do uso abusivo ou indiscriminado de medicamentos psicotrópicos ou psicoativos, onde se encontra com mais frequência o uso do metilfenidato, enfatizando os malefícios e abordando em quais situações este uso ocorre com maior frequência.

Palavras-chave: Medicalização. Ensino Superior. Mercado de trabalho. Metilfenidato.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss medicalization in higher education students and future professionals in the labor market, in order to propose the recognition of a practice less aggressive to physical and mental health through bibliographical analyzes that have been developed throughout the text and indicate the need to understand medicalization. It also proposes a reflection on the problems related to the excessive practice of self-medication that occurs through the requirement of critical intellectual work. In view of the fact that students seeking growth and personal fulfillment in relation to the professional future often end up compromising their health by dedicating themselves to studies intensely, without regard to the questions of their physical and psychological limitations, which leads to the search for more varied alternatives, such as the use of drugs to stay active and focused on their goal. This observation also applies to professionals who are already in the job market considering the requirements of the same. We analyzed 29 articles and books, in which 4 were discarded because they did not correspond to the topic of analysis in the latter, and 25 were used as basic bibliographies for the production of the article. Among the analyzed, the majority discusses the abusive or indiscriminate use of psychotropic or psychoactive drugs, where the use of methylphenidate is most frequently emphasized, and in which situations this use occurs more frequently.

Keywords: Medicalization. Higher education. Job Market. Methylphenidate.

¹ Centro Universitário de Várzea Grande – Univag. Estudante do Curso de Bacharel em Psicologia.

² Psicóloga, Especialista e Professora orientadora do Curso de Psicologia do UNIVAG – Centro Universitário De Várzea Grande.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa discorrer e promover reflexão acerca do uso de medicamentos por estudantes do ensino superior, bem como ingressantes do mercado de trabalho. Esta escolha justifica-se com base em observações e percepções que obtivemos ao longo da graduação do curso de psicologia acerca da maior vulnerabilidade deste público no que diz respeito à pressão psicológica que sua condição de estudantes e ingressantes do mercado de trabalho os coloca, aumentando a probabilidade do uso de medicamentos por este público.

Para isso, utilizamos pesquisas bibliográficas como artigos que discorrem sobre a medicalização. Pesquisamos o índice de alunos e profissionais que fazem o uso de medicamentos ligados à atenção e entre outros que auxiliam nos aspectos neurológicos, com o intuito de manter a atenção concentrada ou se manter acordado para realizar alguma atividade intelectual.

Quando se fala em medicalizar, logo se apresenta um discurso médico que supostamente dispõe de todo saber. Este discurso médico utiliza de dispositivos que de certo modo exercem influências sobre a população, juntamente com a indústria farmacêutica, de maneira que esta acaba por influenciar o uso de medicamentos muitas vezes sem prescrição médica, o que corrobora outra problematização que diz respeito à automedicação, como observamos a partir dos referenciais teóricos.

Estes poderes argumentativos que se apresentam em muitos discursos médicos oferecem a ideia de uma verdade absoluta, que, entretanto, deve ser questionada e analisada, considerando as reais necessidades do uso de medicamentos, de modo que a utilização destes sem a respectiva necessidade não seja naturalizada, se abstendo desta questão de “empoderamento” que em nosso país ocorre de forma cultural. Também levamos em consideração questões culturais e políticas liberais atuais, no qual se exige demasiadamente da população em termos produtivos, sendo que demanda uma cognição, atenção e empenho muito maior do que supostamente pode-se alcançar. Tais exigências causam um *stress* maior, fadiga, cansaço, e outros esgotamentos, sendo eles além de físicos, psíquicos e emocionais.

Este cenário de exigências surge para atender a demanda contemporânea que visa à produtividade em detrimento das capacidades psicológicas de qualquer ser humano, as quais deveriam ser consideradas para que esta produção se desse de forma saudável, considerando a saúde mental tanto dos estudantes como dos profissionais.

Desta forma entendemos que a população procura uma maneira de se adequar a este grau de produtividade exigido, procurando medicamentos que tragam estes resultados e

¹ Centro Universitário de Várzea Grande – Univag. Estudante do Curso de Bacharel em Psicologia.

² Psicóloga, Especialista e Professora orientadora do Curso de Psicologia do UNIVAG – Centro Universitário De Várzea Grande.

benefícios. A indústria farmacêutica entra nesta questão com a propaganda destes medicamentos e drogas estimulantes com objetivos capitalistas de ganho particular, utilizando de um discurso convencional.

Neste quesito, outro ponto também bastante destacado em nossa pesquisa bibliográfica, se refere ao uso descomedido do metilfenidato, ao qual levou-nos a pensar sobre a suposta “criação” da patologia TDAH após a incorporação do medicamento, supondo que esta patologia foi uma invenção para a comercialização da droga, fato que verificamos ainda estar em estudo, não sendo comprovada a veracidade desta afirmação.

METODOLOGIA

Foi realizado um recorte temporal, do ano de 2002 até 2016, período em que encontramos maior diversidade de materiais acerca do tema, com o objetivo também de proporcionar dados mais atuais, sendo que este é um tema que está em constante pesquisa e atualização. Utilizamos os seguintes descritores: “medicalização”, “medicalização em estudantes”, “medicalização e suas consequências”, “medicalização e mercado de trabalho”, “saúde mental dos trabalhadores”, entre outros.

Inicialmente, com o intuito de melhor compreender como se dá o uso destes medicamentos de uma maneira geral e investigar as bibliografias que abordam tais assuntos, enfatizamos a pesquisa em temas relacionados à medicalização em estudantes e profissionais que estão ingressando no mercado de trabalho, visando melhor entendimento da questão.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. Um breve histórico sobre a teoria de Análise

O termo medicalização surgiu na década de 1960, com o intuito de fazer referência à apropriação da medicina sobre a vida do homem e sua intervenção política em um corpo social. Geralmente, quando se fala em medicalização, remete-se a algo negativo, seu poder e controle sobre o corpo individual e coletivo. O conceito de medicalização passou por um longo processo de significações, atualmente passa por críticas e muitos autores justificam que seu significado esta sendo banalizado, mal interpretado, em diversa transitoriedade (CARVALHO et. al., 2015).

Não há como falar em medicalização sem falar na medicina e na função médica que assume o papel de “poder”, sendo necessário se atentar às práticas de dominação, pois, embora, não generalizáveis, consistem em uma força que se construiu dentro das práticas sociais e governamentais que agora vem perdendo seu sentido teórico. Isso causa ambiguidade, ou seja, o que se presencia é a generalização do sofrimento psíquico, tendo

¹ Centro Universitário de Várzea Grande – Univag. Estudante do Curso de Bacharel em Psicologia.

² Psicóloga, Especialista e Professora orientadora do Curso de Psicologia do UNIVAG – Centro Universitário De Várzea Grande.

como resolução o medicamento com a imagem de “alívio”, fazendo com que o indivíduo possa reassumir seu papel social. Esta problemática está intimamente ligada às questões éticas, de modo que a indústria farmacêutica tem se tornado grande influenciadora do uso indiscriminado, levando a patologização da vida humana e seus processos naturais (PERRUSI, 2015; BRITO, 2012 *apud* CAPONI et al.; 2010).

Existem no Brasil movimentos de “desmedicalização”, os quais envolvem um resgate pela autonomia do sujeito frente ao excesso de intervenção médica. Um exemplo são as mulheres que optam pelo parto natural em casa, distante da intervenção médica. Estes movimentos não são expressivos quantitativamente, porém buscam “desmedicalizar” processos considerados naturais da vida, a procura de uma forma de independência do ser humano, aumentando sua autonomia e responsabilidade com seu estado de saúde/doença (GAUDENZI e ORTEGA, 2012). A questão da qualidade de vida também é destacada, em que o medicamento é notado em um contexto no qual as pessoas buscam melhorar a resistência, segurança e longevidade (BUCHANAN, 2011; *apud* VILAÇA e PALMA, 2013). É importante ressaltar que estamos nos referindo a adequações, que acabam por se fazer necessárias para que consiga se manter na lógica capitalista e produtivista em que nos encontramos. Esta busca por “melhor qualidade de vida”, objetivando melhoria na resistência e longevidade, também não fica a mercê desta lógica de exigências, estando na verdade a serviço dela.

A maioria das pessoas que fazem o uso de tais medicamentos buscando um aprimoramento das questões psicológicas, talvez nunca tenham cogitado a possibilidade de alternativas outras que possam auxiliar em suas questões, sem que se precise utilizar de fármacos. A psicoterapia poderia ser citada como uma alternativa quando se refere a questões de aprimoramento cognitivo que realmente são necessárias. Em casos em que existe uma real necessidade da utilização de medicamentos, é interessante destacar que estamos nos referindo a casos de disfunções cognitivas ou déficit de atenção, hiperatividade, etc., e que necessitam de ação medicamentosa, o uso destes sem o auxílio da psicoterapia, pode muitas vezes ser um agravante em relação à ineficiência do mesmo para suas questões, considerando que a terapia combinada à medicação prescrita pode auxiliar na obtenção de um resultado eficiente e duradouro (ITABORAHY; ORTEGA; 2013). Já nos casos em que se busca apenas aprimoramento cognitivo, a psicologia também dispõe de mecanismos de auxílio para o desenvolvimento de tais funções, podendo ser uma alternativa a ser considerada.

¹ Centro Universitário de Várzea Grande – Univag. Estudante do Curso de Bacharel em Psicologia.

² Psicóloga, Especialista e Professora orientadora do Curso de Psicologia do UNIVAG – Centro Universitário De Várzea Grande.

Referindo-se a estas questões, podemos citar como exemplo às primeiras pesquisas referente à Desordem por Déficit de Atenção – DDA, definida nos anos oitenta como podendo ser detectada, até então, apenas em crianças. Logo foi constatada também em adultos, bem como a continuidade dos sintomas das crianças até sua fase adulta. Assim, esse tema foi abordado como guia de informações, estratégias para lidar com a doença e o tratamento do transtorno, que deve ser realizado a partir de um trabalho multiprofissional, com psicoterapia e medicação, o que reforça o cuidado que deve haver em relação à medicação (NADEAU, 1996; *apud* BENEZIK, 2016) e leva-nos a discorrer sobre o Metilfenidato, medicamento mais utilizado no tratamento do TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, que se encontra na notificação de receita A (cor amarela), por ser um remédio psicotrópico mais conhecido como “tarja preta”, esta receita dificulta o acesso ao medicamento e também o regula, sendo que com seu recolhimento nas farmácias é possível quantificar as prescrições, fatos que acabam por causar medo nos pacientes, bloqueando o acesso ao tratamento desse transtorno tão polêmico que faz parte de uma construção social.

Apesar de ser considerado um medicamento que não causa dependência, o uso inadequado e descomedido pode vir a provocá-la, entre outras reações adversas, fato que não é considerado de grande veracidade pelos médicos brasileiros. (CARLINI; et al., 2003). Em geral, 47 substâncias são ou já foram utilizadas no tratamento do TDAH, entretanto, o grau de eficácia do Metilfenidato é maior, destacando-se entre os 47.

A mídia tem se tornado grande contribuinte para a epidemia de diagnósticos, divulgando o transtorno de déficit de atenção como fácil de definição e conseqüentemente levando indivíduos a se apropriarem dos conceitos, considerando ser ele próprio capacitado a se diagnosticar. É importante ressaltar que o consumo do Metilfenidato tem crescido consideravelmente em decorrência das exigências que se enfrentam na contemporaneidade, em que se busca incessantemente a perfeição em suas tarefas diárias de maneira ilusória, não se atentando aos malefícios tanto fisiológicos, quanto nos aspectos que se referem à construção de sua subjetividade e socialização (SANTOS, et al., 2012; ROMAY, et al., 2015) caindo no consumo exacerbado e na maioria das vezes sem necessidade. (BRANT; et al., 2012).

Visto que cresce cada vez mais no mundo o uso indiscriminado do metilfenidato por indivíduos saudáveis sem nenhum diagnóstico patológico, como acontece entre universitários e também ingressantes do mercado de trabalho (FARDIN; PILOTO; 2015) nota-se a importância de produzir materiais que auxiliem na compreensão das conseqüências negativas

¹ Centro Universitário de Várzea Grande – Univag. Estudante do Curso de Bacharel em Psicologia.

² Psicóloga, Especialista e Professora orientadora do Curso de Psicologia do UNIVAG – Centro Universitário De Várzea Grande.

pelo uso inadequado desta substância, conhecido também como Ritalina, pois, muitas pessoas apenas reproduzem o que possivelmente um colega de trabalho ou faculdade sugeriu-lhe como sendo uma boa aposta para resolução de problemas como falta de concentração, mas que na realidade, por uso inadequado pode levar a óbito.

No Brasil dentre os anos de 1998 e 2008, começou a expandir-se no meio social a crescente repercussão do Metilfenidato, utilizada não somente para fins de tratamento patológico, mas como uma maneira de melhoria das funções cognitivas mesmo em pessoas saudáveis (BARROS, D., et al., 2011). Deste modo, torna-se um fator contribuinte para o uso descomedido desse medicamento socialmente aceito e que pode se tornar um *gadget* (termo utilizado para se referir a algo que tem função social de *status*) (BUCHANAN, 2011; *apud* VILAÇA; PALMA; 2013).

O uso em conjunto com o consumo de outras substâncias no intuito de melhorar a atenção e concentração nos estudos não é indicado (CÉSAR, E. et al., 2012), e essa prática evidencia o alto índice da medicalização, ou como inicialmente abordado, uso não prescrito da substância (CRUZ, T. C., et al., 2011) de modo que muitos alegam auxiliar no alívio do *stress*.

Quanto ao consumo, não há diferença significativa por homens e mulheres, dado que chama atenção, pela ausência de reflexão sobre a compreensão das possíveis consequências negativas que advêm da utilização desse medicamento quando ingerido sem necessidade e de maneira inadequada, como ressaltado (CARNEIRO, G., et al., 2013), pois, parece existir tolerância aos métodos que alteram o funcionamento natural do indivíduo em benefício do ideal exigido pela sociedade, ou seja, a maior produtividade a curto prazo, retratando a tendência contemporânea de drogas que se apresentam camufladas em seu discurso, o de melhorar as habilidades cognitivas, tal como o metilfenidato.

Segundo Faraone; Buitelaar (2010, *apud* Brzozowski, F., Caponi, S., 2015, p. 2) o metilfenidato pode estimular várias regiões do sistema nervoso central, ocasionando a ativação do córtex e o acréscimo do nível de alerta, fato que ocorre por meio da inibição da recaptação da dopamina e da noradrenalina aumentando a concentração desses neurotransmissores na fenda sináptica, e a liberação de dopamina nos neurônios pré-sinápticos¹. Entretanto, ORTEGA; BARROS; CALIMAN et al., (2010, *apud* Brzozowski, F., Caponi, S., 2015, p. 2) destacam que ainda existe pouca discussão nos periódicos médicos (Cadernos Brasileiros de Saúde Mental), sobre de que maneira o metilfenidato desempenha sua ação e seus efeitos clínicos. Ross (2006, *apud* Brzozowski, F., Caponi, S., 2015, p. 4),

¹ Centro Universitário de Várzea Grande – Univag. Estudante do Curso de Bacharel em Psicologia.

² Psicóloga, Especialista e Professora orientadora do Curso de Psicologia do UNIVAG – Centro Universitário De Várzea Grande.

pondera que são poucos os relatos que apontam uma possível indução deste medicamento a sintomas psicóticos ou maníacos em crianças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todavia, muito se fala nos aspectos positivos de sua utilização, esquecendo-se muitas vezes dos riscos que são maiores que tais aspectos. Alguns riscos psicológicos se referem a alterações no sistema nervoso central, que podem causar mudanças de humor. O que existe então é uma modificação das formas naturais de funcionamento deste sistema. Outro risco diz respeito à possível dependência que o indivíduo pode vir a desenvolver, ainda que haja alguns estudos evidenciando que seu uso não causa dependência, esta é uma hipótese que necessita ser mais explorada e investigada. Este é um medicamento que deveria ser utilizado apenas para tratamento de patologias como o TDAH, de acordo com as necessidades reais do indivíduo sob diagnóstico médico, e não para aperfeiçoamento cognitivo, disseminado no ambiente social com base apenas em informações do senso comum, o que pode colocar em risco a integridade psíquica e física, que se relaciona ao modo natural ou puro do funcionamento físico e psicológico do indivíduo que o administra sem os devidos cuidados (BARROS; ORTEGA; 2011; TEIXEIRA; 2007).

A partir do levantamento foi possível revelar o quanto o metilfenidato, que é um dos medicamentos conhecidos como “a droga dos concurseiros”, como via de melhorar o desempenho em provas e concursos, pode vir a provocar efeitos colaterais, tais como: insônia, perda de apetite, ansiedade, aumento da pressão arterial e taquicardia, bem como mudanças de humor que se relacionam a alterações no funcionamento natural do sistema nervoso central.

A utilização de tais medicamentos com o objetivo de melhoria das funções cognitivas se relaciona diretamente com as exigências contemporâneas e sociais no campo estudantil e do trabalho. De acordo com Heloani e Capitão (2003) não basta apenas à pressão que o estudante passa ao entrar em uma faculdade e depois consequentemente se graduar e conseguir ingressar no mercado de trabalho, ele começa a sofrer outros tipos de compressão relacionados a este mercado capitalista que visa o lucro e a produção a qualquer custo.

O homem tende a passar a maior parte de seu tempo trabalhando, deste modo seu ambiente de trabalho deveria ser de tal modo que assegurasse boas relações e bom espaço de realização de suas atividades, entretanto o que se percebe atualmente são ambientes extremamente rígidos e geradores de angustias, exigindo rapidez de produção sem se preocupar com a saúde mental das pessoas, pois estas passaram a não refletir sobre seu

¹ Centro Universitário de Várzea Grande – Univag. Estudante do Curso de Bacharel em Psicologia.

² Psicóloga, Especialista e Professora orientadora do Curso de Psicologia do UNIVAG – Centro Universitário De Várzea Grande.

trabalho, realizando funções mecânicas que contribuem muito pouco no que diz respeito a realização pessoal e satisfação.

O que se percebe atualmente são pessoas cansadas física e mentalmente, acometidas por patologias muitas vezes somáticas, as quais se colocam a mercê de medicamentos para não caírem num adoecimento maior que as impeça de cumprir seus afazeres, medicamentos estes que não são apenas para “remediar” suas patologias já instauradas, mas para conseguir prosseguir na carga horária de trabalho e “sobreviver” ao estresse do dia a dia e as poucas horas de sono. A medicação neste sentido assume um papel de institucionalização, passando a ser utilizado como uma ferramenta para adequar-se a este sistema.

Destacando os medicamentos utilizados, pode-se citar os psicotrópicos ou psicofármacos, um exemplo destes são os ansiolíticos e antidepressivos, que de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) são drogas que produzem alterações comportamentais e de humor, por agirem diretamente no sistema nervoso central.

O uso destes medicamentos pelos trabalhadores e estudantes pode ser esclarecido e explicado de diversas formas, sendo que se deve considerar também o fator subjetivo que a utilização destes fármacos tem para cada ser humano. Estas pessoas podem fazer o uso de drogas psicotrópicos ou psicoativas como estratégias para manterem-se ativas por um longo período de tempo, que é o que demanda diversas cargas horárias extremamente extensas, como também para evitar o adoecimento, considerando-se que no modelo capitalista o trabalhador que não estiver produzindo deve ser excluído ou substituído.

Neste sentido, é importante destacar aqui que existem possibilidades de desenvolvimento e obtenção de bons resultados relacionados à atenção e desempenho de tarefas sem que seja preciso fazer o uso de substâncias que podem se tornar prejudiciais. Deste modo consideramos que a psicologia possa auxiliar na identificação do que esteja influenciando o desempenho do sujeito ou afetando sua atenção, por meio de uma investigação e análise de aspectos subjetivos e psicológicos. Tais identificações poderiam então proporcionar a possibilidade do sujeito tomar conhecimento tanto de seus desempenhos e dificuldades, para aprimorar as habilidades que já possui, e trabalhar questões que não lhe trazem satisfação, de modo que não recorra a meios que poderão lhe trazer prejuízos maiores caso sejam utilizadas de modo indevido, como o efeito da medicalização. Entretanto, é necessário considerar que o papel da psicologia neste sentido deve ser o de atuar no cerne de como as relações se construíram de um modo tão adoecedor, não focalizando apenas no

¹ Centro Universitário de Várzea Grande – Univag. Estudante do Curso de Bacharel em Psicologia.

² Psicóloga, Especialista e Professora orientadora do Curso de Psicologia do UNIVAG – Centro Universitário De Várzea Grande.

indivíduo, mas na maneira como se dá esta construção social, para que não se caia em uma psicopatologização.

No que se refere ao processo de avaliação de TDAH em adultos (LOPES; NASCIMENTO; BANDEIRA; 2005), para exemplificar como a avaliação psicológica poderia ser eficaz, os autores Gallagher e Blader, defendem que uma avaliação adequada consiste no atendimento com profissionais como: psicólogo, psiquiatra ou neurologista. Esses autores recomendam que se faça a realização de uma avaliação abrangente, por exemplo, o uso de escalas de sintomas e testes psicológicos, validando deste modo a hipótese proposta neste artigo, quanto à eficácia da investigação e análise de aspectos subjetivos. Ou seja, reforçamos a importância de que nesta avaliação, enquanto ferramenta/técnica do processo terapêutico, verifique-se também, a história de vida do sujeito, caso chegue à psicoterapia para tratar de questões como a esboçada no presente trabalho. Fazendo assim, menção ao que será abordado posteriormente, o olhar voltado de modo integral ao sujeito, por tanto, avaliando-o sistemicamente, na tentativa de compreender suas questões, e promover o mais adequado tratamento para este.

Salientar a importância da avaliação psicológica, em casos como o transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH), é de extrema relevância, pois, de acordo com DSM-IV (APA, 1994) em média, 67% de crianças diagnosticadas com este transtorno, continuam apresentando sintomas na vida adulta, os quais interferem na vida afetiva, acadêmica, profissional e social, comprovando que uma vez a patologia evidenciada precocemente, pode-se concomitantemente com o tratamento adequado, ocorrer à redução dos sintomas de forma significativa.

Percebe-se que estes estudos vieram se desenvolvendo de maneira aprimorativa e criativa, sendo que novas informações e mais atualizadas foram surgindo. A atual visão do processo de medicalização é bastante direcionada ao discurso médico e psiquiátrico, questão que se destaca em nossas análises. Constatamos como este discurso tem influência sobre a população, de modo que a tese de medicalizar se encontra muito além das questões relacionadas à saúde. O que se destacou foram pressupostos relacionados à política e poder, em que existe uma questão ética muito maior.

De acordo com Birman (1999), há um novo cientificismo que começou a ser delineado a partir da psiquiatria biológica e da neurobiologia, ambas nas décadas de 1980 e 1990, conquistando grande prestígio científico em função do impacto causado pelos resultados não

¹ Centro Universitário de Várzea Grande – Univag. Estudante do Curso de Bacharel em Psicologia.

² Psicóloga, Especialista e Professora orientadora do Curso de Psicologia do UNIVAG – Centro Universitário De Várzea Grande.

somente das pesquisas de novas drogas psicofarmacológicas, como também pesquisas acerca do metabolismo químico e do mapeamento do cérebro.

O que conseqüentemente podemos compreender como ressurgimento de uma visão organicista e biologizante, que comparece no discurso científico e social contemporâneo, que aponta o caráter de insuficiência de áreas do conhecimento que tentavam analisar o mal-estar do sujeito em sua relação com a cultura e suas manifestações psicopatológicas, utilizando parâmetros mais dinâmicos e processuais, como podemos considerar a ciência psicológica.

Deste modo, ainda segundo o autor, assistimos, na atualidade, a uma sedação indiscriminada da angústia humana, construída por meio dos psicofármacos. A questão é: problemas que são eminentemente psicológicos são hoje diretamente encaminhados aos serviços neurológicos, sem levar em consideração a possibilidade de haver uma questão do sujeito, pelo fato da ciência excluir o sujeito e instaurar o ideal de que haverá um fármaco para cada sofrimento humano (ALBERTI e FIGUEIREDO, 2006).

Para melhor compreender acerca da atual utilidade de medicamentos por estudantes e profissionais, podemos nos remeter a atual forma de organização do trabalho, que veio se desenvolvendo ao longo do tempo até chegar ao que conhecemos hoje como mercado capitalista. A partir do surgimento do fordismo, na década de 80, as exigências relacionadas à forma de trabalho foram alteradas. Passou a exigir-se um trabalhador com novas habilidades, criatividade, capacidade de assumir riscos, tomar decisões, solucionar problemas, etc.. Vale ressaltar também que tais exigências fomentaram a criação de uma alta competitividade no mercado de trabalho. Tais aspectos influenciam diretamente na saúde mental do trabalhador.

De acordo com Heloani (2003) o estudo atual sobre saúde mental no trabalho ilustra claramente o mercado capitalista em relação às exigências feitas ao trabalhador contemporâneo. O trabalhador vem desenvolvendo novos transtornos que antes não eram sequer conhecidos, como por exemplo, a LER (lesões por esforços repetitivos) ou o DORT (distúrbios osteomusculares). Estes são alguns exemplos de patologias que acometem os trabalhadores atualmente, colocando-os em uma função mecânica e expondo-os a situações estressantes, exigindo do mesmo um trabalho diferenciado altamente qualificado e especializado.

As pessoas buscam cada vez mais se especializar em novas áreas, considerando que existe uma enorme rotatividade nos campos, de modo elas não conseguem estabelecer vínculos saudáveis com seus colegas de trabalho e com sua função, sendo que muitas vezes a estadia será passageira. Esta nova organização do trabalho passa então a ser geradora de

¹ Centro Universitário de Várzea Grande – Univag. Estudante do Curso de Bacharel em Psicologia.

² Psicóloga, Especialista e Professora orientadora do Curso de Psicologia do UNIVAG – Centro Universitário De Várzea Grande.

grande sofrimento. É necessário frisar, entretanto, que o trabalho em si não é o único responsável nem gerador do sofrimento do trabalhador, existem outras questões que devem ser consideradas, como sua estrutura de personalidade que é construída ao longo de sua vida.

Sabe-se que o trabalho faz parte da constituição da subjetividade humana, o trabalhador segundo Freud (1930 [1929]) em “O mal-estar na civilização (1996)”, coloca sua fonte de manutenção do desejo no trabalho, sendo esta uma condição indispensável para sua saúde mental, de modo que o trabalho também faz parte da construção da identidade do homem. Desta forma, o processo de trabalho deveria ser embasado em uma atividade com o objetivo de criar valores que visam atender as necessidades humanas. Entretanto, com esta nova forma de administrar e organizar o trabalho, proposto pelo capitalismo, em que a produção máxima se tornou prioridade, aumentando cada vez mais as exigências, o trabalho passou a ser visto como fonte de desprazer e sua realização se resume a um meio de sobrevivência humana.

É plausível que se faça uma reflexão também, acerca da preparação para este mercado de trabalho. As pessoas que estão almejando entrar no mercado, estudantes, “concurseiros”, etc., de acordo com nossas considerações, têm agora de serem preparados para esta nova estrutura, porém deve-se ressaltar que muitas instituições escolares, senão todas, não estão preparadas para dar subsídio a estes estudantes às novas requisições deste mercado. O que se percebe é que os ingressantes chegam despreparados para servir a estas exigências, o que causa frustração na carreira e até mesmo fracassos. Sentimentos como angústia e culpa pode acometer esta população, por não conseguir cumprir tais metas do mercado que acabam por se tornarem suas próprias metas por esta influência.

Levando-se em consideração tais contextos que podem ser considerados desencadeantes do uso de medicamentos, o discurso acerca do TDAH e do metilfenidato se encontra no centro das pesquisas. É um ponto consideravelmente polêmico e que causa diversas controvérsias. Utilizar ou não o medicamento, a existência real da patologia, a utilização do medicamento para outros fins, são temas que se destacam e continuam em constante estudo atualmente. É importante fomentar que existem pesquisas relatando os diversos malefícios do uso sem prescrição do metilfenidato, mas que, entretanto se encontram escassas ou até mesmo fora do alcance da população em geral.

No que diz respeito à medicalização da vida, que se refere à “medicalizar” e para tanto “patologizar” questões “normais” da vida cotidiana, são aspectos que tem chamado muita atenção e se encontram em discussão neste artigo.

¹ Centro Universitário de Várzea Grande – Univag. Estudante do Curso de Bacharel em Psicologia.

² Psicóloga, Especialista e Professora orientadora do Curso de Psicologia do UNIVAG – Centro Universitário De Várzea Grande.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, após os dados conferidos por meio do presente artigo, pode-se considerar que o grau de utilização do metilfenidato e outros medicamentos por estudantes de nível superior é algo a ser analisado, sendo este público em específico àqueles que se encontram em preparação para o mercado capitalista, bem como os profissionais que já situam-se nesta lógica. É pertinente ressaltar o papel da indústria farmacêutica e a apropriação do discurso médico, o que envolve questões que merecem ser discutidas, também como a ética e o poder que influenciam essas ações.

Quando nos referimos à saúde mental das pessoas de modo geral e também dentro do mercado de trabalho, pode-se considerar que existem saídas para um trabalho mais saudável. Existem dois tipos de sofrimentos no trabalho, podendo ser eles denominados como sofrimento patogênico e sofrimento criativo. O sofrimento patogênico é definido pela exaustão do trabalho, surge quando já foram esgotadas todas as possibilidades de transformação e melhoria no trabalho. Já o sofrimento criativo diz respeito a maneiras que o sujeito encontra para realizar e resolver suas atividades e tarefas de forma criativa e inovadora DEJOURS (1994; *apud* HELOANI; CAPITÃO; 2003). Cada pessoa reage da sua maneira a organização do trabalho, de modo que esta pode ser geradora de ambos os sofrimentos. Entretanto, se tal sofrimento for bem resolvido, pode acabar por se transformar em fonte de prazer, saúde, criação e produtividade (MENDES, 2008; *apud* HELOANI, 2008).

De acordo com estes autores, é possível encontrar caminhos para uma vida saudável dentro da organização levando-se em consideração a criação de espaços de diálogo, em que o trabalhador possa expressar seus sentimentos, sofrimentos e pontos de vistas, criando a possibilidade de uma auto expressão e deste modo autenticidade e autonomia. Dentre estas, Heloani e Capitão (2003) apontam outras características que auxiliam nesta construção, dentre elas pode-se citar o respeito à subjetividade das pessoas, a luta pela autonomia, respeito aos limites do corpo (idade, produtividade, etc..), melhores condições de saúde, melhor envolvimento do trabalhador com sua função, dentre outras. Deste modo, pode-se concluir que existem sim maneiras saudáveis de desenvolver o trabalho de uma forma que não traga apenas sofrimentos patogênicos, mas que propicie a oportunidade de se obter satisfação, superação e o desenvolvimento de habilidades criativas dentro da organização.

Uma maneira de compreensão e reflexão destes fenômenos pode ser aqui salientada, para pensar não só a organização, mas também o funcionamento do mundo e das pessoas. Esta nova forma se refere à teoria sistêmica, que aplicada ao mundo organizacional trouxe

¹ Centro Universitário de Várzea Grande – Univag. Estudante do Curso de Bacharel em Psicologia.

² Psicóloga, Especialista e Professora orientadora do Curso de Psicologia do UNIVAG – Centro Universitário De Várzea Grande.

uma nova forma de pensar a organização, um novo paradigma e por que não dizer, uma possível oportunidade de melhoria do sistema linear e hierárquico que dirige as organizações atualmente. Este sistema linear e hierárquico diz respeito forma como a organização está constituída, em que o trabalho é fragmentado e os trabalhadores são separados entre maior e menor nível de cargos, de forma burocratizada e rígida. A teoria sistêmica voltada para a organização propõe um sistema organizacional aberto, definido por uma interação constante entre todos os elementos, uma ligação em forma de teia.

A ideia de colocar o pensamento sistêmico como um novo paradigma, pode ser explicada pelo fato de que paradigma refere-se a um determinado padrão ou modelo, é a forma como somos guiados a compreender o mundo, suas regras e funcionamento. Tanto na família como em todas as estruturas há um paradigma que nos influencia a pensar e agir de determinada maneira. Deste modo, toda empresa e organização tem seu paradigma, assim como todo ser humano em sua subjetividade também o tem e é acometido por outros, levando-se em consideração que não é um ser isolado no mundo, está dentro da organização, da sociedade e da família, sendo também influenciado por outros paradigmas.

O paradigma relacionado à forma de ver o mundo vem sofrendo alterações há muitos anos. Vasconcelos (2002) se refere ao pensamento sistêmico embasando sua definição em um modo de compreender que deixa de compartimentar as coisas para depois uni-las em um entendimento total. Assim, o pensamento sistêmico nos traz a ideia de que o todo é maior que a soma das partes, e deste modo se deve compreender o mundo, as coisas, e as pessoas de forma global, sem retirá-las de seu ambiente ou compartimentá-las. Compreender o funcionamento do mundo desta forma implica considerar tudo aquilo que envolve o sujeito, tanto seu meio social, familiar, cultural quanto sua subjetividade, questões emocionais e psicológicas, e não apenas uma destas características em detrimento da outra. Somos influenciados pelo meio em que vivemos, sendo assim não há como compreender o mundo de forma completa e objetiva, tudo está em desenvolvimento e todas as partes do sistema devem ser consideradas, pois estão interligadas.

Deste modo, quando se fala no uso de medicamentos, é necessário que se considere que estas pessoas estão envoltas por um meio que as influencia. Se as pessoas de determinada organização fazem o uso de medicamentos para se “adequarem” ao ritmo da empresa, a organização e sua forma de funcionar estão diretamente ligadas a este comportamento que de primeiro ângulo nos parece isolado. Outro exemplo que pode ser considerado se refere aos estudantes, que também precisam se adequar ao meio escolar e as exigências do mesmo, de

¹ Centro Universitário de Várzea Grande – Univag. Estudante do Curso de Bacharel em Psicologia.

² Psicóloga, Especialista e Professora orientadora do Curso de Psicologia do UNIVAG – Centro Universitário De Várzea Grande.

modo que toda a rede escolar e seu funcionamento influenciam o estudante e são influenciadas por ele.

Para compreender as implicações acerca da medicalização nestes casos, é necessário que se considere todo o sistema que envolve esta pessoa, não somente a empresa e a escola ou universidade, mas a família, a cultura, e de modo geral tudo o que se relaciona ela. Vivemos investidos de sistemas, interligados em teias que influenciam nossas atitudes, escolhas, pensamentos, sentimentos, e tais características não podem ser deixadas de lado quando se fala em uma compreensão sistêmica desse fenômeno.

As consequências do uso de medicamentos por parte do sujeito não atinge somente ele em sua individualidade, mas alcança também seu meio, de modo que irão refletir em suas atividades, provocando alterações em seu trabalho, suas relações, sua família, seu modo de funcionar e etc.. Sendo assim pode-se compreender que ao mesmo tempo em que somos modificados pelo meio, também provocamos mudanças nele. O mercado de trabalho e o meio escolar/acadêmico é uma parte do sistema, envolto pelo social que ao ser alterado, modificará estas organizações, fato que influenciará e refletirá mudanças em seus trabalhadores e estudantes.

Esta reflexão se fez necessária para que se possa compreender que existem muitas questões relacionadas ao uso de medicamentos pelas pessoas, pois, estamos nos referindo a seres humanos que estão em constante mudança, em um mundo que também se encontra em modificação constante, em que as pessoas buscam adequar-se a tais mudanças. Deste modo, salienta-se a necessidade de se compreender este processo como um todo. A psicologia não só pode como deve considerar esta problemática de modo integral para que consiga atuar e auxiliar nestas novas formas de funcionar no mundo atual. É importante frisar a necessidade de maior aprofundamento no tema, sendo que esta pesquisa realizada não esgota as possibilidades do tema abordado, sendo este um assunto extremamente abrangente e em constante atualização.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Sonia; FIGUEIREDO, Ana C. (Orgs.). *Psicanálise e Saúde Mental: uma aposta*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.

¹ Centro Universitário de Várzea Grande – Univag. Estudante do Curso de Bacharel em Psicologia.

² Psicóloga, Especialista e Professora orientadora do Curso de Psicologia do UNIVAG – Centro Universitário De Várzea Grande.

APA (American Psychiatric Association). (1994). *DSMIV:Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*. Washington D.C.: American Psychiatric Association.

BIRMAN, J. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

Brozowski F, Caponi S. Medicamentos estimulantes: uso e explicações em casos de crianças desatentas e hiperativas. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental* 2015; 7:1-23.

BARROS, Denise; ORTEGA, Francisco. Metilfenidato e aprimoramento cognitivo farmacológico: representações sociais de universitários. *Saude soc.*, São Paulo , v. 20, n. 2, p. 350-362, jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902011000200008>.

BENEZIK, Edyleine Bellini Peroni. Aventuras num rápido avanço. *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)*, Campinas, v. 1, n. 2-3, p. 79-82, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85571997000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85571997000100011>.

BRANT, Luiz Carlos; CARVALHO, Tales Renato Ferreira. Metilfenidato: medicamento gadget da contemporaneidade. *Interface (Botucatu)*, Botucatu , v. 16, n. 42, p. 623-636, Sept. 2012. Disponível em <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832012000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 Nov. 2016.

CARLINI, Elisaldo A. et al . Metilfenidato: influência da notificação de receita A (cor amarela) sobre a prática de prescrição por médicos brasileiros. *Rev. psiquiatr. clín.*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-20, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832003000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832003000100002>.

Carneiro, S. G., Prado, A. S. T., de Jesus Araujo, E. C., Moura, H. C., Strapasson, J. F., Rabelo, N. F., & Ribeiro, T. T. (2013). O uso não prescrito de metilfenidato entre acadêmicos de Medicina. *Cadernos UniFOA*, (1), 53-59. <http://web.unifoa.edu.br/cadernos/ojs/index.php/cadernos/article/view/87>

CARVALHO, Sérgio R. et al . Medicalization: (ir)relevant criticism?. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 25, n.4, p.1251-1269, dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312015000401251&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312015000400011>.

¹ Centro Universitário de Várzea Grande – Univag. Estudante do Curso de Bacharel em Psicologia.

² Psicóloga, Especialista e Professora orientadora do Curso de Psicologia do UNIVAG – Centro Universitário De Várzea Grande.

CAPONI, Sandra. O corpo e seus senhores. homem, mercado e ciência: sujeitos em disputa pela posse do corpo e mente humana. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 26, n. 7, p. 1465-1466, jul. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2010000700027&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2010000700027>.

CESAR, Eduardo Luiz Da Rocha et al . Prescribed use of methylphenidate hydrochloride and its correlates among Brazilian college students. **Rev. psiquiatr. clín.**, São Paulo , v. 39, n. 6, p.183-188, 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832012000600001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832012000600001>.

Cruz, T. C., Barreto Junior, E. P. D. S., Gama, M. L. M., Maia, L. C. D. M., Melo Filho, M. J. X. D., Manganotti Neto, O., & Coutinho, D. M. (2011). Uso não-prescrito de metilfenidato entre estudantes de Medicina da Universidade Federal da Bahia. *Gazeta Médica da Bahia*, (1).

Fardin, C. E., & Piloto, J. A. R.(2015) Uso indiscriminado do metilfenidato para o aperfeiçoamento cognitivo em indivíduos saudáveis. *Revista UNINGÁ Review*, vol.23, n.3, pp.98-103. http://www.mastereditora.com.br/periodico/20150902_105754.pdf.

GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. The statute of medicalization and the interpretations of Ivan Illich and Michel Foucault as conceptual tools for studying demedicalization. **Interface (Botucatu)**, Botucatu , v. 16, n. 40, p. 21-34, mar. 2012 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832012000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 nov. 2016. Epub 26-Abr-2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832012005000020>.

HELOANI, José Roberto; CAPITAO, Cláudio Garcia. Saúde mental e psicologia do trabalho. *São Paulo Perspec.*, São Paulo , v. 17, n. 2, p. 102-108, Jun. 2003 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de Outubro de 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392003000200011>.

Heloani, J. R. (2008). Saúde mental no trabalho: algumas reflexões. In A. M. Mendes (Org.), *Trabalho e saúde: o sujeito entre emancipação e servidão* (pp. 153-168). Curitiba: Juruá.

ITABORAHY, Claudia; ORTEGA, Francisco. O metifenidato no Brasil: uma década de publicações. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 3, p. 803-816, Mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300026&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 Nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000300026>.

LOPES, Regina Maria Fernandes; NASCIMENTO, Roberta Fernandes Lopes do; BANDEIRA, Denise Ruschel. Avaliação do transtorno de déficit de atenção/hiperatividade em adultos (TDAH): uma revisão de literatura. *Aval. psicol.*, Porto Alegre , v. 4, n. 1, p. 65-74, jun. 2005 . Disponível em

¹ Centro Universitário de Várzea Grande – Univag. Estudante do Curso de Bacharel em Psicologia.

² Psicóloga, Especialista e Professora orientadora do Curso de Psicologia do UNIVAG – Centro Universitário De Várzea Grande.

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712005000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 out. 2017.

Perrusi, Artur. Sofrimento psíquico, o individualismo eo uso de medicamentos psicotrópicos: A saúde mental e individualidade contemporânea . Tempo soc ., São Paulo, v 27, n. 1, p. 139-159, junho de 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702015000100139&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 de novembro 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-20702015017>.

ROMAY, Maria Manoella Rodrigues. TEÓGENES, Antunes Silva. PETER, James Robinson. FREDERICO, Kauffmann Barbosa. Riscos do uso abusivo e não terapêutico do metilfenidato. UNILUS Ensino e Pesquisa, v.12, n..28, p.154, jul/set de 2015. <http://revista.unilus.edu.br/index.php/ruep/article/view/352>.

SANTOS, K. Y., da Silva, A. C. P., Luzio, C. A. Yasui, S., & Dionísio, G. H., A explosão do consumo de ritalina (2012). Revista de Psicologia da UNESP, 11(2), 44-57.

TEIXEIRA, M. Notícia preliminar sobre uma tendência contemporânea: o “aperfeiçoamento cognitivo”, do ponto de vista da pesquisa em neurociências. Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental, v. 10, p. 495–503, 2007.

VASCONCELOS, Maria José Esteves de . Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência . Campinas, São Paulo: Papyrus, 2002.

VILACA, Murilo Mariano.; PALMA, Alexandre. Sobre algumas (im)precisões de uma crítica fundamental à medicalização. Interface (Botucatu), Botucatu , v. 17, n. 45, p. 493-495, jun. 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832013000200022&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832013000200022>.

(1930 [1929]) O mal-estar na civilização. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

¹ Centro Universitário de Várzea Grande – Univag. Estudante do Curso de Bacharel em Psicologia.

² Psicóloga, Especialista e Professora orientadora do Curso de Psicologia do UNIVAG – Centro Universitário De Várzea Grande.